

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	39
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	150.000
Preferenciais	0
Total	150.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	484.701	471.223
1.01	Ativo Circulante	44.782	82.697
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.192	68.057
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.096	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.096	0
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.096	0
1.01.03	Contas a Receber	12.850	12.800
1.01.03.01	Clientes	12.850	12.800
1.01.06	Tributos a Recuperar	244	513
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.238	1.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	162	256
1.01.08.03	Outros	162	256
1.01.08.03.01	Outros Créditos	162	256
1.02	Ativo Não Circulante	439.919	388.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.516	14.043
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.377	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.377	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.733	13.773
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.733	13.773
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	406	270
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	406	270
1.02.03	Imobilizado	26.412	31.230
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.412	31.230
1.02.04	Intangível	397.991	343.253
1.02.04.01	Intangíveis	397.991	343.253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	484.701	471.223
2.01	Passivo Circulante	88.128	336.617
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.594	4.028
2.01.02	Fornecedores	15.295	9.830
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.295	9.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.122	2.698
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.122	2.698
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.122	2.698
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.211	315.740
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.211	315.740
2.01.05	Outras Obrigações	2.375	4.115
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.311	3.633
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	511	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	800	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	1.783
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	1.850
2.01.05.02	Outros	1.064	482
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	496	453
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	568	29
2.01.06	Provisões	531	206
2.01.06.02	Outras Provisões	531	206
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	531	206
2.02	Passivo Não Circulante	257.298	8.578
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	244.070	0
2.02.02	Outras Obrigações	4.754	4.382
2.02.02.02	Outros	4.754	4.382
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	4.754	4.382
2.02.04	Provisões	8.474	4.196
2.02.04.02	Outras Provisões	8.474	4.196
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	8.093	4.115
2.02.04.02.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhista e cíveis	381	81
2.03	Patrimônio Líquido	139.275	126.028
2.03.01	Capital Social Realizado	150.000	150.000
2.03.02	Reservas de Capital	512	444
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	512	444
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.237	-24.416

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	73.499	183.625	78.838	198.151
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-57.438	-139.772	-61.754	-156.280
3.03	Resultado Bruto	16.061	43.853	17.084	41.871
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.288	-6.245	-3.255	-8.205
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.288	-6.245	-3.108	-8.205
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	-147	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.773	37.608	13.829	33.666
3.06	Resultado Financeiro	-8.513	-17.429	-26.355	-42.157
3.06.01	Receitas Financeiras	2.673	19.848	1.386	10.034
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.186	-37.277	-27.741	-52.191
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.260	20.179	-12.526	-8.491
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.828	-7.000	4.201	2.834
3.08.01	Corrente	-1.639	-5.960	1.529	0
3.08.02	Diferido	-189	-1.040	2.672	2.834
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.432	13.179	-8.325	-5.657
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.432	13.179	-8.325	-5.657
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02290	0,08786	-0,05550	-0,03771

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	3.432	13.179	-8.325	-5.657
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.432	13.179	-8.325	-5.657

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.019	60.578
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.259	57.380
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido	13.179	-5.657
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	12.423	13.065
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	120	148
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	15.726	45.372
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	3.109	2.942
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para manutenção	869	176
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	68	133
6.01.01.08	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	267	62
6.01.01.09	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	103	2
6.01.01.10	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-33	-14
6.01.01.11	Levantamento dos depósitos judiciais	11	52
6.01.01.12	Tributos diferidos	1.040	-2.834
6.01.01.13	Provisão para credores de liquidação duvidosa	98	0
6.01.01.14	Variação Monetária com o Poder Concedente	4.279	3.933
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-240	3.198
6.01.02.01	Clientes	-148	-1.308
6.01.02.02	Tributos a recuperar	269	-2.222
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-167	-466
6.01.02.04	Outros créditos	94	-267
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	-114	-237
6.01.02.06	Fornecedores	5.465	6.107
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	566	576
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-576	497
6.01.02.09	Partes relacionadas	-2.322	-260
6.01.02.10	Outras contas a pagar	911	778
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	325	0
6.01.02.12	Títulos e Valores mobiliários	-4.473	0
6.01.02.13	Provisão para contingências	-70	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.463	-92.811
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-346	-15.513
6.02.02	Aquisição de intangível	-62.117	-77.298
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.421	74.240
6.03.02	Credor pela concessão	-4.236	-3.899
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	253.037	91.789
6.03.04	Juros pagos	-20.543	-13.650
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-256.679	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39.865	42.007
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.057	40.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.192	82.308

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	68	0	0	0	68
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	68	0	0	0	68
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.179	0	13.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.179	0	13.179
5.07	Saldos Finais	150.000	512	0	-11.237	0	139.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	133	0	0	0	133
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	133	0	0	0	133
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.657	0	-5.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.657	0	-5.657
5.07	Saldos Finais	150.000	413	0	-34.215	0	116.198

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	195.064	209.742
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	133.150	135.505
7.01.02	Outras Receitas	2.563	643
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	59.351	73.594
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-112.661	-130.698
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-109.804	-125.106
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.857	-5.592
7.03	Valor Adicionado Bruto	82.403	79.044
7.04	Retenções	-12.423	-13.065
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.423	-13.065
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	69.980	65.979
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.848	10.034
7.06.02	Receitas Financeiras	19.848	10.034
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	89.828	76.013
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	89.828	76.013
7.08.01	Pessoal	18.418	18.707
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.003	14.916
7.08.01.02	Benefícios	3.576	3.228
7.08.01.03	F.G.T.S.	839	563
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.438	8.757
7.08.02.01	Federais	11.952	2.135
7.08.02.03	Municipais	6.486	6.622
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.793	54.206
7.08.03.01	Juros	21.379	51.665
7.08.03.02	Aluguéis	2.515	2.015
7.08.03.03	Outras	15.899	526
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.179	-5.657
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.179	-5.657

ECO101 anuncia resultado do 3T16:

Serra, 09 de novembro de 2016 – ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. anuncia seus resultados findo em 30 de setembro de 2016 referentes ao terceiro trimestre (3T16) e aos primeiros nove meses (9M16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre 2015 (3T15) e aos primeiros nove meses (9M15) findo em 30 de setembro de 2015.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 3T16 foi de 11.512 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA no 3T16 foi de R\$18,1 milhões com margem de 24,6%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$19,1 milhões com margem EBITDA de 44,4% (-0,5 p.p).
- A receita líquida no 3T16 foi de R\$73,5 milhões e R\$183,6 milhões no 9M16. A receita pró-forma no 3T16 foi de R\$43,0 milhões no 3T16 e R\$124,2 milhões no 9M16.

Destaques (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Volume de tráfego ¹	11.512	12.687	-9,3%	34.546	39.453	-12,4%
Tarifa média ²	4,01	3,75	6,9%	3,85	3,43	12,2%
Receita líquida	73,5	78,8	-6,8%	183,6	198,2	-7,3%
Lucro (Prejuízo) do período	3,4	(8,3)	141,2%	13,2	(5,7)	n.m.
EBITDA Pró-forma ³	19,1	19,5	-1,9%	53,1	49,7	7,0%
Margem EBITDA Pró-forma	44,4%	44,5%	-0,5p.p.	42,6%	39,9%	2,7p.p.
Capex	32,8	39,4	-16,8%	62,5	92,8	-32,7%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes

² Em Reais

³ Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que inclui os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia acessa cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açú (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Comercial	7.731	8.723	-11,4%	22.654	26.972	-16,0%
Passeio	3.780	3.965	-4,7%	11.892	12.481	-4,7%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	11.511	12.688	-9,3%	34.546	39.453	-12,4%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 11.511 mil no 3T16, queda de 9,3%, devido ao arrefecimento da economia.

Tráfego Comercial – Apresentou redução de 11,4%, influenciado pelo arrefecimento da economia e retração da produção industrial.

Tráfego de Passeio - Apresentou redução de 4,7%, influenciado pelo arrefecimento da economia e clima desfavorável na região.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
ECO101	4,01	3,75	6,9%	3,85	3,43	12,2%

Comentário do Desempenho

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 6,9% no 3T16, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifários.

Em maio de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 6,7%.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$77,5 milhões no 3T16 e R\$195,2 milhões no 9M16, representando uma queda de 6,5% e 6,9%, respectivamente.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Receitas de Pedágio	46,1	47,6	-3,1%	133,2	135,5	-1,7%
Receitas Acessórias	0,9	0,2	n.m.	2,6	0,6	n.m.
Receita de Construção ICPC-01	30,5	35,1	-13,3%	59,4	73,6	-19,4%
Total	77,5	82,9	-6,5%	195,2	209,7	-6,9%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$59,7 milhões no 3T16. Desconsiderando depreciação e amortização, provisão para manutenção, custo de construção, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$23,9 milhões no 3T16, redução de 0,8%, reflexo do programa de corte de custos implementado pela Companhia.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Pessoal	6,1	6,2	-1,6%	18,4	18,7	-1,6%
Conservação e manutenção	3,8	4,1	-7,3%	11,7	13,0	-10,3%
Serviços de terceiros	9,2	9,0	2,2%	26,7	28,6	-6,7%
Poder concedente, seguros e locações	3,0	2,7	11,1%	8,5	7,9	7,9%
Outros	1,8	2,1	-14,3%	5,8	6,7	-13,4%
Custos caixa	23,9	24,1	-0,8%	71,1	74,9	-5,0%
Depreciação/Amortização	4,3	4,7	-8,5%	12,4	13,1	-4,9%
Provisão Manutenção ICPC 01	1,0	1,0	0,0%	3,1	2,9	6,9%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	30,5	35,1	-13,1%	59,4	73,6	-19,4%
TOTAL	59,7	64,9	-8,0%	146,0	164,5	-11,2%

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$19,1 milhões no 3T16 com margem EBITDA de 44,4%.

O EBITDA totalizou R\$18,1 milhões com margem de 24,6% no 3T16 e R\$50,0 milhões no 9M16 com margem de 27,2%.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Lucro (Prejuízo) do período	3,4	(8,3)	n.m.	13,2	(5,7)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	1,9	(4,2)	n.m.	7,0	(2,8)	n.m.
Resultado financeiro	8,5	26,4	-67,8%	17,4	42,2	-58,7%
Depreciação e amortização	4,3	4,7	-8,5%	12,4	13,1	-4,9%
EBITDA	18,1	18,6	-2,7%	50,0	46,7	7,1%
Margem EBITDA	24,6%	23,6%	1,0 p.p.	27,2%	23,6%	3,6 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T16 foi negativo em R\$8,5 milhões.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Var. monetária e cambial s/ empréstimos e fin.	(0,8)	(21,5)	-96,3%	5,7	(30,4)	-118,8%
Juros sobre financiamentos	(8,6)	(6,0)	43,3%	(21,4)	(14,9)	43,6%
Outros efeitos financeiros	(0,3)	(0,2)	50,0%	(5,8)	(0,3)	n.m.
Receitas Financeiras e outras	1,4	1,3	7,7%	5,0	3,7	35,1%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(0,2)	-	n.m.	(0,9)	(0,2)	n.m.
TOTAL	(8,5)	(26,4)	-67,7%	(17,4)	(42,1)	-58,7%

LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apurou lucro líquido de R\$3,4 milhão no 3T16 devido aos itens mencionados acima.

ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou setembro de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$32,7 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$307,8 milhões em 30 de setembro de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$307,3 milhões, redução de 2,7% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2016	31/12/2015	Var.
Curto Prazo	63,2	315,7	-80,0%
Empréstimos e financiamentos	63,2	315,7	-80,0%
Longo Prazo	244,1	-	100,0%
Empréstimos e financiamentos	244,1	-	100,0%
Endividamento Financeiro Bruto¹	307,3	315,7	-2,7%
Credor pela Concessão	0,5	0,5	0,0%
Endividamento Bruto	307,8	316,2	-2,7%
Caixa e equivalentes de caixa	32,7	68,1	-52,0%
Dívida Líquida	275,1	248,1	10,9%
Endividamento Financeiro Líquido¹	274,6	247,6	10,9%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela ECO101 totalizou R\$32,8 milhões no 3T16. Os principais investimentos realizados foram em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	3T16			9M16		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
ECO101	32,8	-	32,8	62,5	-	62,5

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$115,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão darodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº19. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de novembro de 2016.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Tribuna do Espírito Santo e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	4.287	2.735
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	23.706	63.169
Aplicações compromissadas (b)	-	1.102
Aplicações automáticas compromissadas (c)	199	1.051
	<u>28.192</u>	<u>68.057</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de setembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 25,8% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 67,8% em Operações Compromissadas e 6,4% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Em 30 de setembro de 2016 não há aplicações de modalidade remunerada.

(c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários – vinculados são, reservas para composição de saldo para pagamento de parcelas de dívida com o BNDES e seu saldo encontra-se em conta corrente e bloqueado para movimentações.

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta corrente (a)	2.096	-
Fundo de investimentos(b)	2.377	-
	<u>4.473</u>	<u>-</u>
Circulante	2.096	-
Não circulante	2.377	-

(a) Embora os recursos estejam em conta corrente, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por ser garantia do processo de liquidação de pagamento de juros e principal dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão direcionados para aplicações em fundo de investimentos nos próximos meses após validação da Lamina e assinatura do termo de adesão, que passará a remunerar este recurso.

(b) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,3% do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal BNDES.

Notas Explicativas

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	7.279	8.503
Cupons de pedágio	1.089	829
Receitas acessórias	4.580	3.468
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(98)	-
	<u>12.850</u>	<u>12.800</u>

Não existem títulos vencidos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	12.385	12.800
Vencidos:		
Até 30 dias	1	-
De 31 a 60 dias	123	-
De 61 a 90 dias	123	-
De 91 a 120 dias	218	-
Acima de 120 dias	98	-
	<u>12.948</u>	<u>12.800</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2016</u>
Saldo inicial	-
Constituição de PCLD no período	98
	<u>98</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 30 de setembro de 2016, no montante de R\$1.238 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015), classificado no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

Notas Explicativas

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	270	22
Adições	114	237
Baixas	(11)	(52)
Atualização monetária	33	14
Saldo final	<u>406</u>	<u>221</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual				
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014	
21,0	21.675	5.859	-	-	27.534	(4.430)	(3.886)	-	(8.316)	19.218	17.245
5,9	796	8.730	-	-	9.526	(32)	(229)	-	(261)	9.265	764
11,9	1.767	377	-	-	2.144	(274)	(175)	79	(370)	1.774	1.493
-	423	545	-	-	968	-	-	-	-	968	423
15,5	733	2	-	5	740	(143)	(86)	-	(229)	511	590
	25.394	15.513	-	5	40.912	(4.879)	(4.376)	79	(9.176)	31.736	20.515

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual				
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30/09/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 30/09/2016	Saldos em 31/12/2015	
20,1	27.937	148	-	-	28.085	(9.718)	(4.235)	-	(13.953)	14.132	18.219
5,6	9.837	77	-	-	9.914	(397)	(417)	-	(814)	9.100	9.440
11,1	2.147	121	(355)	-	1.913	(433)	(155)	154	(434)	1.479	1.714
-	968	-	-	-	968	-	-	-	-	968	968
18,1	1.146	-	-	-	1.146	(257)	(156)	-	(413)	733	889
	42.035	346	(355)	-	42.026	(10.805)	(4.963)	154	(15.614)	26.412	31.230

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Custo				Amortização				Residual			
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2015	31/12/2014	Adições	Baixas		Transf.	Saldos em 30/09/2015	31/12/2014
Contrato de concessão Intangível em andamento	250.361	74.560	(173)	(5)	324.743	(5.890)	(8.501)	25	(79)	(14.445)	310.298	244.471
Softwares de terceiros	5.144	2.677	-	-	7.821	-	(188)	-	-	(489)	7.821	5.144
	1.249	61	-	-	1.310	(301)	(188)	-	-	(489)	821	948
	256.754	77.298	(173)	(5)	333.874	(6.191)	(8.689)	25	(79)	(14.934)	318.940	250.563

	Custo				Amortização				Residual			
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2016	31/12/2015	Adições	Baixas		Transf.	Saldos em 30/09/2016	31/12/2015
Contrato de concessão Intangível em andamento	359.846	5.253	-	-	365.099	(17.466)	(7.174)	-	-	(24.640)	340.459	342.380
Softwares de terceiros	43	56.559	(120)	-	56.482	-	(286)	-	-	(995)	56.482	43
	1.385	305	-	355	2.045	(555)	(286)	-	(154)	(995)	1.050	830
	361.274	62.117	(120)	355	423.626	(18.021)	(7.460)	-	(154)	(25.635)	397.991	343.253

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2016 é de 2,63% (3,93% em 30 de setembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016	30/09/2016
Prejuízo fiscal	12.177	397	(2.926)	9.648	(2.529)
Provisão para férias e encargos diretores	169	53	(18)	204	35
Provisão para contingências	28	102	-	130	102
Provisão para manutenção (ICPC01)	1.399	1.352	-	2.751	1.352
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	13.773	1.904	(2.944)	12.733	(1.040)
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					
Reconciliação ativo/(passivo)					
Saldo em 31 de dezembro de 2015		13.773			
Receita de imposto de renda reconhecido no resultado		(1.040)			
Saldo em 30 de setembro de 2016		<u>12.733</u>			

Notas Explicativas

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	4.379	4.842
2017	6.291	8.091
2018 a 2038	2.063	840
	12.733	13.773

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.179	(8.491)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(6.861)	2.887
Despesas indedutíveis	(18)	(34)
Outros	(121)	(19)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.000)	2.834
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.960)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.040)	2.834

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	206	-
Despesa IR/CS corrente DRE	5.960	-
Total IR/CS pagos no período	(5.635)	-
Saldo final provisão IR/CS	531	-

Notas Explicativas**12. Tributos a recuperar**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	244	513
	244	513

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
COFINS	476	686
PIS	102	147
ISS	696	784
INSS fonte	252	357
ISS fonte	211	295
PIS/COFINS/CSLL s/ prest. serv.	291	250
Outros impostos	94	179
	2.122	2.698

14. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Em moeda nacional - BNDES	Maio de 2016	UMBNDDES+4,05% a.a.	-	113.633
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP + 4,05% a.a.	-	141.458
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP + 5,05% a.a.	-	60.649
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2017	UMSELIC + 4,87% a.a.	53.648	-
Em moeda nacional - BNDES	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	187.212	-
Em moeda nacional - BNDES	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	66.125	-
Em moeda nacional – Banco Volkswagen	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	296	-
			307.281	315.740
Circulante			63.211	315.740
Não circulante			244.070	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	315.740	193.599
Adições	253.037	91.789
Pagamento principal	(256.679)	-
Juros pagos	(20.543)	(13.650)
Encargos financeiros	15.726	45.372
Saldo final	307.281	317.110

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	2.006	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	-	-	150 parcelas
B3	117.799	-	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
C- PRORROGADO	50.878	50.878		parcela única
Total	933.022	305.588	2.006	

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/09/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	1.522	1.811
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	363	323
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	76	103
IRRF a recolher	68	126
Provisão de férias e encargos sobre provisão de férias	1.676	1.665
Provisão de 13º salário e encargos sobre 13º salário	889	-
	4.594	4.028

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanco patrimonial Companhia	Natureza	Ativo		Passivo
		Circulante	Intangível	Contas a pagar
Circulante				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	511
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	608	143
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenh. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	4.695	657
Engenharia e Constr. Araribóia (g)	Outras partes relacionadas	-	3.935	-
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	1.568	-
Total em 30 de setembro de 2016		-	10.806	1.311
Total em 31 de dezembro de 2015		-	13.121	3.633

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	3.501	1.408
Unimar Transportes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	4.124	-
Vix Logística S.A. (d)		4.489	-
Total em 30 de setembro de 2016		12.114	1.408
Total em 30 de setembro de 2015		9.119	2.607

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.770, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$55.382. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2016 há um saldo a pagar no total de R\$50.859, com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (c) A Unimar Transportes Ltda. ("Unimar") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Unimar e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de setembro de 2016 já havia incorrido o montante de R\$14.667 em serviços prestados. Em 30 de setembro de 2016 não existe um saldo em aberto a pagar.
- (d) A Vix Logística S.A. ("Vix") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Vix e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de setembro de 2016 já havia incorrido o montante de R\$15.953 em serviços prestados. Os saldos em aberto de serviços já realizados é de R\$12 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.113. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016. Em 30 de setembro de 2016 já havia incorrido o montante total e não existe saldo a pagar em 30 de setembro de 2016.
- (f) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR-101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços foi em 30 de abril de 2016. O valor total do contrato é de R\$28.292, sendo que até 30 de setembro de 2016 foi incorrido o montante de R\$13.583. Não há saldo em aberto.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No período findo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 em R\$1.108 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração paga aos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	609	693
Previdência privada	24	13
Plano de opção com base em ações (Vide Nota Explicativa nº 20.e)	68	133
Remun. Baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	43	28
	<u>744</u>	<u>867</u>

Notas Explicativas

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 25,64% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para manutenção	2.824	4.781	-	-	7.605
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.266)	(1.839)	-	-	(3.105)
Ajuste a valor presente das realizações	-	-	-	176	176
	1.558	2.942	-	176	4.676
Circulante	-				59
Não circulante	1.558				4.617

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2016
Constituição da provisão para manutenção	9.198	7.504	-	-	16.702
Efeito do valor presente sobre a constituição	(5.318)	(4.395)	-	-	(9.713)
Ajuste a valor presente das realizações	235	-	-	869	1.104
	4.115	3.109	-	869	8.093
Circulante	-				-
Não circulante	4.115				8.093

18. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	62	-	-	62
(+) Atualização monetária	2	-	-	2
Saldos em 30 de setembro de 2015	64	-	-	64

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81	-	81
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	240	27	267
(-) Pagamentos	(40)	(30)	(70)
(+) Atualização monetária	100	3	103
Saldos em 30 de setembro 2016	381	-	381

Notas Explicativas

a) *Processos cíveis*

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$37.999 em 30 de setembro de 2016 (R\$3.927 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

b) *Processos tributários*

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis ou prováveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

c) *Processos trabalhistas*

Em 30 de setembro de 2016, existiam processos de natureza trabalhista que totalizam R\$3.284 (R\$3.968 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

19. Obrigações com o poder concedente

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização ANTT	<u>496</u>	<u>453</u>

A Companhia assumiu compromisso decorrente da concessão referente a Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	453	419
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	4.279	3.933
Pagamento	<u>(4.236)</u>	<u>(3.899)</u>
Saldo final	<u>496</u>	<u>453</u>

Notas Explicativas

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	30/09/2016 Previsão de 2016-2038	31/12/2015 Previsão de 2016-2038
Melhorias na infraestrutura	1.717.218	1.682.178
Conservação especial (manutenção)	542.271	514.606
Equipamentos	332.162	317.588

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$150.000, representado por 150.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 150.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há constituição de Reserva Legal.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada em 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2016, foi registrado na rubrica “Plano de opções com base em ações” o valor de R\$68(R\$133 em 30 de setembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração disponibilizou 262.700 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga
Data	31/08/2010	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	28.516	30.587	64.754	138.843
Preço de período - R\$ por ação	9,95	13,06	13,58	17,51	12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	-	(7.129)	-	-	-	(7.129)
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	21.387	30.587	-	-	51.974
Outorgadas	-	-	-	64.754	-	64.754
Em 31 de dezembro de 2013	-	21.387	30.587	64.754	-	116.728
Outorgadas	-	-	-	-	138.843	138.843
Em 31 de dezembro de 2014	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2016	-	21.387	30.587	64.754	138.843	255.571

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	18,70	58.545	2,67	157	11 meses
2017	18,71	50.900	3,16	161	23 meses
2018	14,81	34.713	2,10	73	35 meses
		144.158	2,64	391	

Notas Explicativas

21. Receita líquida

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	20.790	21.326	61.583	61.891
Pedágio por equipamento eletrônico	22.390	22.989	63.494	64.355
Vale-pedágio	2.929	3.275	8.071	9.256
Outras	-	2	2	3
	46.109	47.592	133.150	135.505
Receita de construção	30.456	35.126	59.351	73.594
Receitas acessórias	881	190	2.563	643
Receita bruta	77.446	82.908	195.064	209.742
Deduções da receita bruta	(3.947)	(4.070)	(11.439)	(11.591)
Receita líquida	73.499	78.838	183.625	198.151

Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
<u>Base de cálculo dos impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	46.109	47.592	133.150	135.505
Receitas acessórias	881	190	2.563	643
	46.990	47.782	135.713	136.148
<u>Deduções</u>				
COFINS (3%)	(1.410)	(1.433)	(4.071)	(4.084)
PIS (0,65%)	(305)	(311)	(882)	(885)
ISS (2% a 5%)	(2.232)	(2.326)	(6.486)	(6.622)
	(3.947)	(4.070)	(11.439)	(11.591)

Notas Explicativas

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	6.079	6.222	18.418	18.707
Conservação e manutenção	3.845	4.124	11.658	13.003
Serviços de terceiros (a)	9.214	8.966	26.719	28.624
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	657	633	1.724	1.948
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	1.487	1.369	4.279	3.933
Provisão para manutenção	1.037	981	3.110	2.942
Custos com construção	30.456	35.126	59.351	73.594
Depreciações e amortizações	4.291	4.654	12.423	13.065
Locação de imóveis e máquinas	843	670	2.515	2.015
Outros custos e despesas operacionais	1.817	2.119	5.820	6.654
	59.726	64.862	146.017	164.485
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	57.438	61.754	139.772	156.280
Despesas gerais e administrativas	2.288	3.108	6.245	8.205
	59.726	78.195	146.017	164.485

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

23. Resultado financeiro

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.333	1.326	4.987	3.680
Variação cambial/monetária sobre empréstimos (*)	1.317	-	14.783	6.293
Atual. Monetária ativa	23	60	78	61
	2.673	1.386	19.848	10.034
Juros sobre financiamento	(8.559)	(6.033)	(21.379)	(14.944)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos (*)	(2.083)	(21.456)	(9.130)	(36.721)
Despesas bancárias	(2)	(1)	(6)	(33)
Ajuste a valor presente ICPC-01	(290)	(58)	(869)	(176)
Atual. Monetária obrigações fiscais	(19)	(2)	(103)	(5)
IOF/IOC s/ financiamentos	-	-	-	-
Outras	(233)	(191)	(5.790)	(312)
	(11.186)	(27.741)	(37.277)	(52.191)
Resultado financeiro	(8.513)	(26.355)	(17.429)	(42.157)

(*) A Variação Monetária ativa sobre o empréstimo mantido junto ao BNDES pela Companhia, deve-se ao fato da redução do dólar no período, sendo esta a principal moeda da cesta "UMBNDDES", que é o fator de correção do referido empréstimo.

Notas Explicativas

24. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro (prejuízo) básico

O lucro (prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	13.179	(5.657)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	150.000	150.000
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,09</u>	<u>(0,04)</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 20.e, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro 2016, a PLR foi de R\$1.096 (R\$995 em 30 de setembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	307.777	316.193
Caixa e equivalentes de caixa	(30.288)	(68.057)
Dívida Líquida	277.489	248.136
Patrimônio Líquido (ii)	139.275	126.028
Índice de endividamento líquido	1,99	1,97

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente circulante (Nota Explicativa nºs 13, 14 e 19).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Empréstimos e recebíveis	4.287	4.287
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	12.850	12.850
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	28.378	28.378
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	15.295	15.295
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	307.281	307.281
Obrigações com o poder concedente	Outros passivos financeiros	496	496

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$7.233 (R\$8.460 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Notas Explicativas

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 3,84%	32.246	34.322	35.014	337.536
BNDES	UMSELIC + 4,87%	55.020	-	-	-
Leasing	21,27%	122	122	123	31

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do TJLP e da UMSELIC, principais indicadores dos financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I – provável	Cenário II – 25%	Cenário III – 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	2.220	1.665	1.110
BNDES	Alta do TJLP	(17.339)	(21.674)	(26.008)
BNDES	Alta da UMSELIC	(7.821)	(7.821)	(11.731)
		(22.940)	(27.830)	(36.629)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	11,60%	8,70%	5,80%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
UMSELIC	1,7304	2,1630	2,5956

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$207 (R\$156 em 30 de setembro de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Equipamentos	Novembro de 2015 a novembro de 2016	134
Veículos	Julho de 2016 a julho de 2017	Tabela FIPE
“AllRisk” - Responsabilidade Civil	Maior de 2016 a Maio de 2017	213.158
“AllRisk” - Riscos operacionais	Maior de 2016 a maio de 2017	1.477.328
Seguro garantia	Maior de 2016 a maio de 2017	319.672

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra – E.S.

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3